



Já basta - Locais de trabalho seguros e saudáveis para todos os trabalhadores!

Moção de emergência da EFBWW por ocasião do acidente mortal ocorrido em 18 de Junho num estaleiro de obras em Antuérpia, na Bélgica. Cinco trabalhadores da construção civil morreram e nove ficaram gravemente feridos quando um prédio escolar em construção desabou. Os trabalhadores falecidos tinham nacionalidade portuguesa e romena / moldava, e os feridos incluíam as nacionalidades ucraniana e russa. Todos os trabalhadores envolvidos eram destacados, trabalhando para empresas numa cadeia de subcontratação. O contratante principal foi uma empresa belga.

A Comissão Europeia tem travado a batalha errada

Nas últimas duas décadas, a Comissão Europeia tem travado a batalha errada. Com demasiada frequência, os Estados-Membros foram atacados porque as medidas de protecção dos trabalhadores e de luta contra a fraude foram interpretadas como um obstáculo no mercado interno.

Alguns Estados-Membros tinham medidas fortes em vigor que eram funcionais, que protegiam os direitos dos trabalhadores e que foram desenvolvidas num contexto nacional específico para regulamentar melhor a indústria da construção. Um sector muito sensível a fraudes.

Apesar de todas as evidências de que a Directiva de Destacamento de Trabalhadores é abusada em grande escala, apesar de todas as evidências de que a Directiva de Destacamento de Trabalhadores oculta muitas formas de exploração, fraude e *dumping* social, o destacamento tornou-se o modelo de negócio padrão para fornecer serviços baratos e mão-de-obra precária na indústria da construção.

Ao mesmo tempo, torna-se cada vez mais difícil fazer valer os direitos dos trabalhadores. Em toda a Europa, as inspecções do trabalho estão a sofrer uma escassez de recursos financeiros e humanos, o que foi agravado pela aplicação das políticas de austeridade nacionais e da UE.

Apesar de todo esse conhecimento, não foi feito o suficiente.

Nas últimas duas décadas, a Comissão Europeia e muitos governos nacionais estiveram mais preocupados em proteger os interesses das empresas do que em fornecer ferramentas fortes para combater a fraude e proteger os trabalhadores precários. A chamada Task-Force para a Aplicação do Mercado Único da DG Grow é outro exemplo nesse sentido.

A coordenação da segurança social, conforme previsto pelo Regulamento da UE 883/2004, apenas fornece protecção social mínima - se houver - para os trabalhadores destacados, especialmente quando eles são nacionais de países terceiros. Qual é a compensação que um trabalhador destacado da Roménia receberá em caso de invalidez após um acidente de trabalho na Bélgica? O que pode esperar um trabalhador ucraniano incapacitado que foi destacado da Polónia ou de outro lugar e regressa ao seu país de origem fora da UE? Qual é a responsabilidade dos proprietários das empresas de caixa de correio que contratam esses trabalhadores, qual é a responsabilidade dos principais contratantes e clientes?

O tempo para acções simbólicas já passou. A União Europeia tem de oferecer resultados para os trabalhadores. Emprego directo com salários negociados colectivamente, forte protecção social e condições seguras de trabalho são essenciais. Os trabalhadores da construção exigem uma mudança real e efectiva:

- Locais de trabalho seguros e saudáveis para todos os trabalhadores:

- A aplicação da regulamentação da UE em matéria de SST é crucial para proteger a vida e a saúde dos trabalhadores e para garantir que a legislação da UE relacionada com a SST é aplicada em toda a UE;
- Um novo quadro europeu para condições de trabalho dignas e de alta qualidade para todos os trabalhadores, com especial atenção à protecção dos trabalhadores destacados, migrantes e outros trabalhadores vulneráveis; Um quadro europeu melhorado para os representantes sindicais para a segurança, incluindo o direito de inspecionar locais de outros empregadores que não os seus, enviar avisos de melhoria e solicitar a cessação do trabalho em circunstâncias perigosas;
- Novas iniciativas para aumentar a SST para os trabalhadores destacados, levando em consideração as suas condições específicas de trabalho e de vida;
- Um certificado SST europeu e passaporte de habilitações;
- Criar um fundo europeu de apoio financeiro para apoiar os trabalhadores destacados e migrantes e suas famílias, incluindo nacionais de países terceiros, em caso de acidentes mortais, lesões graves, bem como em caso de doenças profissionais resultantes da sua actividade. Ninguém pode ficar abandonado.

- Soluções digitais para identificar trabalhadores e empresas:

- Introdução de um Número de Segurança Social Europeu (NSSE) que permite o acesso em tempo real aos dados para as inspecções do trabalho e outras agências de execução, no respeito pelas regras GDPR;
- Adopção de um quadro europeu para cartões de trabalho / cartões de identificação social na indústria da construção, incluindo facilidades para interconectar cartões de identificação social sectoriais já existentes e apoio aos parceiros sociais sectoriais com vista à introdução desse cartão;
- Novas ferramentas digitais para monitorizar em tempo real a presença de trabalhadores por conta de outrem e por conta própria nos estaleiros de obras e verificar sua relação de trabalho;
- Tornar EESSI rápida e finalmente operacional.

- Regular a cadeia de subcontratação:

- Responsabilidade salarial directa do contratante principal para garantir o pagamento dos salários do trabalhador destacado em caso de incumprimento do subcontratado;
- Promover e facilitar novas iniciativas para limitar a cadeia de subcontratação e fazer cumprir regras claras e eficazes para a responsabilidade da cadeia;
- Acabar com as iniciativas de CSR que servem apenas como fachada;
- Promover empregos directos como forma de aumentar a atractividade da indústria da construção;
- Banir o fornecimento de mão-de-obra por meio de intermediários na colocação;
- Estabelecer registos nacionais de empresas e outras ferramentas para proibir efectivamente empresas de caixa de correio e empresas que foram condenadas por fraude ou outras práticas ilícitas e interconectar esses registos nacionais a nível europeu.

A inspecção no local pelos serviços de inspecção relevantes e outras agências de fiscalização deve ser realizada regularmente para garantir que todos os trabalhadores no local estejam exercendo todos os seus direitos legais.

- Os clientes públicos precisam dar o exemplo:

- Regras mais rígidas para processos licitatórios progressivos e socialmente responsáveis;
- Definir padrões claros nos processos de contratação pública para convergência social ascendente e total igualdade de tratamento: aplicar as condições de trabalho mais favoráveis dos acordos colectivos de trabalho na cadeia de subcontratação.

- Novas iniciativas para promover práticas corretas de colocação e banir a colocação irregular:

- Adoptar o Regulamento da UE 883/2004 revisto, incluindo novas medidas fortes para proteger os trabalhadores móveis e combater a fraude social transfronteiriça;
- O destacamento de trabalhadores só deve ser permitido em ambiente estritamente controlado e fiscalizado, com base na igualdade de direitos para os trabalhadores e obrigações claras para as empresas; Os intermediários, como agências de trabalho temporário, devem ser excluídos do destacamento de trabalhadores;
- Novos esclarecimentos e ferramentas de fiscalização para garantir que o destacamento é apenas uma actividade excepcional e temporária, conforme previsto no PWD;
- Um sistema europeu de emprego transfronteiriço justo, com uma cooperação óptima entre todos os serviços de inspecção nacionais e os sindicatos. A Autoridade Europeia do Trabalho (ELA) deve entrar em funcionamento o mais rapidamente possível; A ELA deve disponibilizar fundos financeiros adicionais para fortalecer a capacidade da inspecção do trabalho ao nível dos EM;
- A frequência e a qualidade das inspecções devem ser melhoradas. Os serviços de inspecção no Estado-Membro de acolhimento precisam de mais apoio, mais mão-de-obra e mais poderes discricionários; A UE deve tomar medidas ambiciosas para alcançar o objectivo da OIT de, no mínimo, um inspector do trabalho para cada 10.000 trabalhadores; Em caso de fraude, o serviço de inspecção do Estado-Membro de acolhimento deve poder requalificar autonomamente os trabalhadores e trabalhadores independentes de acordo com as regras do Estado-Membro de acolhimento, sendo o contratante principal considerado responsável; Os parceiros sociais sectoriais desempenham um papel importante na prevenção e sanção da fraude social: precisam de apoio político, logístico e financeiro para o diálogo social a nível empresarial e sectorial nos Estados-Membros e a nível da UE.

- Aumentar a atractividade do sector por meio de empregos directos e de qualidade:

- Reverter a espiral descendente de baixos salários, deterioração das condições de trabalho, menor protecção social provocada pelo destacamento, terceirização e subcontratação, e apoiar os motoristas para o emprego directo e de qualidade;
- Apoiar a negociação colectiva sectorial para uma boa remuneração e protecção social;
- O dinheiro público que será disponibilizado no contexto do Plano de Renovação e da Estratégia de Recuperação da UE deve ir para empresas decentes, proporcionando empregos decentes. Uma empresa sem convenção colectiva de trabalho não deve ser elegível para financiamento público.

A livre circulação de serviços e a livre circulação de empresas NUNCA pode ser mais importante do que a protecção das vidas dos trabalhadores e dos seus meios de subsistência!

A Conferência sobre o Futuro da Europa já começou. Os líderes europeus querem reconquistar a confiança dos trabalhadores no projecto da UE. O EFBWW tem reivindicações muito claras: locais de trabalho seguros e saudáveis; protecção social; A igualdade de tratamento e a luta contra a fraude social devem ser reconhecidas como mais importantes do que a livre circulação de serviços. Não há mais bla-bla-bla. Sem mais acções simbólicas. Mudança real. As necessidades sociais devem ter precedência sobre os estreitos interesses comerciais, o protocolo de progresso social deve entrar em vigor. Agora!

Esta é a lição que o acidente de Antuérpia está nos ensinando.